

# SUMÁRIO

<b>1. A ERA DIGITAL E O CONTEXTO DAS LEGISLAÇÕES DE PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>37</b>
1.1 Panorama Histórico das Legislações de Proteção de Dados Pessoais.....	41
<b>2. GENERAL DATA PROTECTION REGULATION – GDPR.....</b>	<b>47</b>
<b>3. A LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – LGPD (LEI 13.709/2018).....</b>	<b>51</b>
3.1 O Alcance da LGPD: hipóteses de incidência e não incidência.....	56
3.1.1 A Aplicação Extraterritorial da LGPD .....	56
3.2 Hipóteses de não incidência da LGPD .....	58
<b>4. CONCEITOS OPERACIONAIS DA LGPD (Art. 5º).....</b>	<b>65</b>
4.1 Dado Pessoal.....	65
4.2 Dado Pessoal Sensível.....	66
4.3 Dado Anonimizado .....	67
4.4 Banco de dados.....	69
4.5 Titular.....	69
4.6 Controlador .....	70
4.6.1 Controladoria Conjunta .....	71
4.7 Operador.....	73
4.7.1 Suboperador.....	75
4.8 Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais ou <i>Data Protection Officer</i> (DPO).....	76
4.9 Agentes de tratamento.....	79
4.10 Tratamento .....	79

4.11	Anonimização.....	80
4.11.1	Pseudonimização de dados.....	82
4.12	Consentimento.....	84
4.13	Bloqueio.....	86
4.14	Eliminação.....	86
4.15	Transferência Internacional de Dados.....	87
4.16	Uso compartilhado de dados.....	88
4.17	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD.....	89
4.18	Órgão de Pesquisa.....	90
4.18.1.A	Anonimização e a Pseudonimização de Dados Utilizados para Estudos e Pesquisas.....	92
4.19	Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).....	94
<b>5.</b>	<b>FUNDAMENTOS DA LGPD (Art. 2º).....</b>	<b>99</b>
5.1	Respeito à Privacidade.....	100
5.2	Autodeterminação Informativa.....	103
5.3	Liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião.....	107
5.4	Inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem....	108
5.5	O Desenvolvimento Econômico e Tecnológico e a Inova- ção.....	110
5.6	A Livre Iniciativa, a Livre Concorrência e a Defesa do Consumidor.....	113
5.7	Os direitos humanos, o livre desenvolvimento da perso- nalidade, a dignidade e o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.....	115
<b>6.</b>	<b>PRINCÍPIOS APLICADOS AO TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS (Art. 6º).....</b>	<b>119</b>
6.1	Princípio da Finalidade.....	121
6.2	Princípio da Adequação.....	124
6.3	Princípio da Necessidade ou da Minimização dos Dados....	125
6.4	Princípio do Livre acesso.....	129
6.5	Princípio da Qualidade dos dados.....	130
6.6	Princípio da Transparência.....	131
6.7	Princípio da Segurança.....	132
6.8	Princípio da Prevenção.....	133

6.9	Princípio da Não Discriminação .....	134
6.10	Princípio da Responsabilização (Accountability) e prestação de contas.....	135
<b>7.</b>	<b>TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>139</b>
7.1	Requisitos, hipóteses ou bases legais para o Tratamento de Dados Pessoais.....	140
7.2	Consentimento .....	141
7.3	Hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados sem o consentimento do titular.....	145
7.3.1	Cumprimento de Obrigação legal ou regulatória	145
7.3.2	Tratamento de dados realizado pela Administração Pública para Execução de Política Pública.....	146
7.3.2.1	Outras hipóteses que autorizam o tratamento de dados pela Administração Pública.....	147
7.3.3	Tratamento de dados para realização de estudos por órgão de pesquisa .....	151
7.3.4	Tratamento de dados para execução de contratos .....	154
7.3.5	Tratamento de dados para exercício regular de direito em processo administrativo, judicial ou arbitral.....	156
7.3.6	Tratamento de dados para a proteção da vida e da incolumidade física do titular ou de terceiro .	157
7.3.7	Tratamento de dados para a proteção da saúde.	158
7.3.8	Tratamento de dados em razão do legítimo interesse do controlador ou de terceiro .....	159
7.3.8.1	Prevenção à fraude e à segurança e o teste de balanceamento.....	165
7.3.8.2	O Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais e o Legítimo Interesse..	166
7.3.9	Tratamento de dados para proteção do crédito..	172
7.4	Algumas observações sobre as hipóteses legais para tratamento de dados pessoais.....	173
<b>8.</b>	<b>DIREITO DO TITULAR AO LIVRE ACESSO ÀS INFORMAÇÕES SOBRE O TRATAMENTO DOS SEUS DADOS .....</b>	<b>175</b>

<b>9. O TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS.....</b>	<b>179</b>
9.1 Hipóteses Legais Para Tratamento de Dados Pessoais Sensíveis.....	180
9.2 Anonimização dos Dados Pessoais.....	182
9.2.1 Pseudonimização.....	185
<b>10. TÉRMINO DO TRATAMENTO DE DADOS.....</b>	<b>187</b>
<b>11. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES .....</b>	<b>191</b>
11.1 O Consentimento Para o Tratamento de Dados do Adolescente .....	197
<b>12. DIREITOS DO TITULAR DE DADOS PESSOAIS.....</b>	<b>201</b>
12.1 Confirmação de Existência do Tratamento e Acesso aos Dados Pessoais.....	203
12.2 Direito de Revisão de Decisões Automatizadas.....	205
12.3 Outros Direitos do Titular: a tutela coletiva da proteção dos dados pessoais .....	209
<b>13. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS PELO PODER PÚBLICO .....</b>	<b>213</b>
13.1 Hipóteses legais autorizativas do tratamento de dados pela administração pública.....	216
13.2 O encarregado pelo tratamento de dados nas pessoas jurídicas de direito público.....	218
13.3 Tratamento de Dados por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista .....	219
13.4 Interoperabilidade e Compartilhamento de Dados pelo Poder Público.....	220
13.5 Compartilhamento de Dados pelo Poder Público .....	221
13.6 Responsabilidade do Poder Público no tratamento de dados.....	224
13.7 Publicação de relatório de impactos à proteção de dados pelo Poder Público e adoção de padrões e de boas práticas .....	226
<b>14. A TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS.....</b>	<b>231</b>
14.1 Transferência Internacional de Dados por Garantia do Controlador .....	234

14.1.1	Cláusulas-Padrão Contratuais .....	235
14.1.2	Cláusulas Contratuais Específicas .....	237
14.1.3	Normas Corporativas Globais .....	238
14.2	Outras Hipóteses de Transferência Internacional de Dados .....	240
<b>15.</b>	<b>AGENTES DE TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS: O CONTROLADOR E O OPERADOR .....</b>	<b>245</b>
15.1	Controladoria conjunta .....	248
15.2	Operador .....	249
15.2.1	Suboperador .....	252
15.3	Encarregado pelo tratamento de Dados Pessoais ou Data Protection Officer (DPO) .....	252
15.3.1	O conflito de interesses na atuação do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais .....	258
15.3.2	A responsabilização do Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais .....	261
15.3.3	A dispensa de Encarregado para os Agentes de Tratamento de Pequeno Porte e para os Operadores .....	263
<b>16.</b>	<b>REGISTRO DAS OPERAÇÕES DE TRATAMENTO E RELATÓRIO DE IMPACTO À PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS .....</b>	<b>269</b>
16.1	Registro das Operações de Tratamento de Dados (art. 37) .....	269
16.2	Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais .....	273
16.2.1	O Conteúdo Mínimo do Relatório de Impacto à Proteção de Dados Pessoais – RIPD .....	278
<b>17.</b>	<b>RESPONSABILIDADE E RESSARCIMENTO DE DANOS ...</b>	<b>281</b>
17.1	Da Exclusão da Responsabilidade .....	283
17.2	Tratamento Irregular de Dados .....	283
17.3	Regras de Responsabilidade do CDC .....	284
17.4	O STJ e o dano moral por vazamento de dados .....	285
<b>18.</b>	<b>SEGURANÇA E SIGILO DOS DADOS .....</b>	<b>287</b>
18.1	O Estabelecimento de Padrões Técnicos Mínimos pela ANPD .....	291

18.2	O <i>Privacy by Design</i> – A Privacidade desde a concepção	293
18.2.1	O <i>Privacy by Default</i> – A Privacidade como Padrão .....	297
18.3	Comunicação de Incidente de Segurança.....	298
18.3.1	O Conteúdo Mínimo da Comunicação do Incidente de Segurança à ANPD .....	302
18.3.2	A ANPD e a Comunicação de Incidentes.....	305
18.3.2.1	Procedimento de Comunicação do Incidente à ANPD .....	307
<b>19.</b>	<b>BOAS PRÁTICAS E GOVERNANÇA EM PROTEÇÃO DE DADOS .....</b>	<b>315</b>
19.1	Programa de Governança em Privacidade – PGP .....	317
19.2	Adoção de Padrões Técnicos que facilitem o controle dos dados pelos titulares .....	321
<b>20.</b>	<b>SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NA LGPD .....</b>	<b>323</b>
20.1	Advertência.....	324
20.2	Multa Simples .....	325
20.2.1	Incidência de Multa para Pessoa Natural.....	327
20.3	Multa Diária.....	328
20.4	Publicização da Infração .....	330
20.5	Bloqueio dos dados pessoais referentes à infração .....	331
20.6	Eliminação dos dados pessoais referentes à infração.....	332
20.7	Suspensão Parcial do Funcionamento do Banco de Dados .....	333
20.8	Suspensão do Exercício da Atividade de Tratamento de Dados .....	335
20.9	Proibição parcial ou total de realizar atividades de tratamento de dados pessoais.....	337
20.10	A conciliação nos vazamentos ou acessos não autorizados individuais .....	338
20.11	Sanções Aplicadas às Pessoas Jurídicas de Direito Público.....	339
20.12	Regulamento e Aspectos Gerais Sobre as Sanções.....	339
20.13	Destino das Multas Aplicadas pela ANPD .....	342

<b>21. AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS – ANPD .....</b>	<b>345</b>
21.1 Os Caminhos e os Descaminhos da Criação da ANPD ....	345
21.1.1 Veto parcial à Lei 13.853/2019 e derrubada parcial dos vetos pelo Congresso Nacional.....	346
21.2 Criação e Composição da ANPD.....	347
21.3 Autonomia Técnica da ANPD.....	348
21.4 A Composição da ANPD.....	349
21.5 Estrutura Regimental da ANPD e cargos em comissão da ANPD.....	351
21.6 Competência da ANPD.....	352
21.6.1 Poder de Polícia e Fiscalização .....	355
21.6.2 Competência Regulamentar e Normativa .....	356
21.6.3 A Articulação da ANPD com Setores Específicos.	357
21.7 Receita da ANPD .....	359
21.7.1 Patrimônio da ANPD.....	360
<b>22. CONSELHO NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE .....</b>	<b>363</b>
22.1 Composição do Conselho .....	363
22.2 Competência do Conselho.....	365
<b>23. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS DA LGPD .....</b>	<b>369</b>
23.1 Alterações no Marco Civil da Internet.....	369
23.2 Notificação e Intimação de Empresas Estrangeiras .....	370
23.3 ANPD, INEP e o Acesso aos Dados Educacionais Previstos na LDB e no SINAES .....	370
23.4 Adequação Progressiva de Bancos de Dados Anteriores à LGPD .....	372
23.5 A Coexistência da LGPD com Outras Legislações.....	372
23.6 Idas e Vindas: o início da vigência da LGPD .....	373
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>377</b>